

**Informativo do Sindicato Estadual dos Profissionais
da Educação do Rio de Janeiro**

Paralisação de 24 horas no dia 6 de junho

**Assembleia 9h na Quadra da São Clemente; a seguir,
ato na prefeitura**

Chegamos na metade do ano e os problemas na educação só se agravam. O governo continua sem aplicar os 25% das verbas na Manutenção e Desenvolvimento de Ensino, desobedecendo a Constituição. Não há transparência na aplicação dos recursos do FUNDEB. Por isso, o SEPE votou contra o relatório no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

Estamos sem reajuste há quase dois anos. O vale alimentação nunca aumentou. Mudaram a data do pagamento, mudaram as regras do Plano de Saúde, cortaram os benefícios pagos pelo PREVIRIO. O prefeito alega uma crise financeira, mas não explica quais medidas estão sendo tomadas para cobrar a bilionária dívida do ISS de algumas empresas, como o Jockey Club e a UNIMED.

E para eles continuarem devendo, o governo cobra do funcionalismo a conta. Para “amenizar” o rombo gerado por anos de saque ao FUNPREVI, a Prefeitura acabou com o abono permanência, paridade, integridade e ainda enviou a Câmara Projeto de Lei que taxa aposentadas e aposentados. O curioso é que no mesmo projeto, Câmara e TCM ficam isentos de colocar no FUNPREVI os 22% de contribuição patronal.

Enquanto isso, nas escolas, EDI's e creches faltam materiais pedagógicos, equipamentos para a cozinha, entre outros materiais e recursos. Os problemas de infraestrutura, da rede elétrica e hidráulica são graves. Não temos xerox. Faltam funcionárias, funcionários, professoras, professores. Concursados não são chamados para posse, não há migração, AEI's tem negado o seu direito ao enquadramento no magistério.

Funcionárias e funcionários não são valorizados pela formação. Não é reconhecida a função de cozinheira. Merendeiras e agentes educadoras não recebem mais por ter ensino médio, nível superior, pós-graduação. O governo não realiza o curso, nem paga

secretárias escolares. Não há um Plano de Carreira Unificado.

A lei do piso que garante 1/3 da jornada de trabalho para atividade extra-classe não é cumprida. Não há redução da jornada de funcionárias e funcionários para 30 horas. A sobrecarga de trabalho adoce e o governo não reconhece as doenças de trabalho.

A política educacional continua a mesma de Eduardo Paes: prioridade nos números e índices, desprezo pelo processo de ensino aprendizagem. Sofre a educação infantil, sem vagas para matrículas, sem direito nem ao menos às aulas de artes. Sofre o ensino fundamental, com a culpabilização dos profissionais e a interferência no fazer pedagógico. Sofre a educação especial e a educação de jovens e adultos, abandonadas, sem nenhum investimento.

E a prefeitura ainda persegue os profissionais que denunciam esta dura realidade.

Por isso, entramos em ESTADO DE GREVE e queremos avaliar este governo.

**Não aceitaremos mais ataques.
FORA CRIVELLA!**

**6 de junho: paralisação de 24
horas, com assembleia às 9h,
na quadra da São Clemente
(Av. Presidente Vargas 3102,
Metrô Cidade Nova).
No mesmo dia 6/06,
Às 12h - ato na Prefeitura.**

REIVINDICAÇÕES DA REDE MUNICIPAL

- Reajuste salarial de 13% e retorno do calendário de pagamento.
- Convocação imediata dos concursados.
- Pelo respeito à paridade e integralidade de aposentadas, aposentados e pensionistas.
- Pela implementação imediata de 1/3 da jornada de atividade extra- classe.
- Pela jornada de 30 horas das funcionárias e funcionários da educação.
- Pela correção da escolaridade e enquadramento dos AEI's no grupo do magistério do plano de carreira como professor.

- Contra as perseguições políticas na Rede Municipal
MARQUE COM UM X SUA AVALIAÇÃO DA GESTÃO CRIVELLA

INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA E QUALIDADE DE ENSINO:

1) Aplicação das verbas em educação pública

MB	B	R	I
----	---	---	---

2) Utilização dos recursos do FUNDEB

MB	B	R	I
----	---	---	---

3) Garantia de verbas suficientes para compra de material pedagógico, xerox, equipamentos para a cozinha, entre outros materiais e recursos necessários para o funcionamento de escolas, creches e EDI's.

MB	B	R	I
----	---	---	---

4) Investimentos para melhoria da infraestrutura, reforma e climatização das escolas, creches e EDI's

MB	B	R	I
----	---	---	---

5) Acesso a recursos informacionais e a internet de qualidade no espaço escolar.

MB	B	R	I
----	---	---	---

6) Plano de carreira unificado, com valorização por tempo de serviço e formação.

MB	B	R	I
----	---	---	---

7) Cumprimento da Lei 11738, de 16 de julho de 2008, que garante 1/3 da jornada de trabalho para atividade extra-classe.

MB	B	R	I
----	---	---	---

8) Jornada de 30 horas para funcionários.

MB	B	R	I
----	---	---	---

9) Enquadramento dos AEI's no magistério.

MB	B	R	I
----	---	---	---

10) Valorização salarial para funcionárias e funcionários pela formação no Ensino Médio, Graduação e pós graduação

MB	B	R	I
----	---	---	---

11) Realização dos cursos e do pagamento aos secretários

escolares.

MB	B	R	I
----	---	---	---

12) Reconhecimento da função de cozinheira

MB	B	R	I
----	---	---	---

13) Quantitativo de agentes educadores nas escolas, creches e EDI's

MB	B	R	I
----	---	---	---

14) Quantitativo de agentes de apoio à educação

MB	B	R	I
----	---	---	---

15) Melhoria das condições de trabalho de funcionárias, funcionários, professoras e professores

MB	B	R	I
----	---	---	---

16) Concurso público para todos os cargos e convocação dos concursados

MB	B	R	I
----	---	---	---

17) Migração

MB	B	R	I
----	---	---	---

18) Redução do quantitativo de estudantes por sala

MB	B	R	I
----	---	---	---

19) Atenção as questões da Educação Especial

MB	B	R	I
----	---	---	---

20) Atenção as questões da Educação de Jovens e Adultos

MB	B	R	I
----	---	---	---

21) Autonomia pedagógica

MB	B	R	I
----	---	---	---

22) Garantia pela SME de transporte para passeios e atividades extra- classe de estudantes

MB	B	R	I
----	---	---	---

DIREITOS DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

1) Cumprimento da Lei 3.252, de 19 de julho de 2001, que garante reajuste salarial.

MB	B	R	I
----	---	---	---

2) Pagamento dos benefícios do PREVIRO

MB	B	R	I
----	---	---	---

3) Diálogo com o funcionalismo sobre as mudanças no Plano de Saúde

MB	B	R	I
----	---	---	---

4) Respeito ao abono permanência.

MB	B	R	I
----	---	---	---

5) Respeito a paridade e integralidade

MB	B	R	I
----	---	---	---

6) Pagamento do difícil acesso a quem está de licença maternidade/aleitamento

MB	B	R	I
----	---	---	---

7) Abono de greves e paralisações.

MB	B	R	I
----	---	---	---

8) Diálogo com profissionais de educação, respeito a liberdade de expressão, ao direito de manifestação, mobilização e greves.

MB	B	R	I
----	---	---	---

PARALISAÇÃO DA REDE - 24 HORAS - 6 DE JUNHO